

Domingo, 17 de Maio de 2026

Crise no Transporte Coletivo de Cuiabá: Justiça Apreende 30 Ônibus da Caribus

Cuiabá, 18 de outubro de 2023 – A circulação de ônibus na capital mato-grossense enfrenta uma grave crise nesta terça-feira, após a apreensão de 30 veículos da empresa Caribus pela Justiça. A medida judicial foi tomada em razão do atraso no pagamento de um empréstimo contraído com o Banco Volvo, gerando impactos significativos no transporte coletivo, especialmente na região Sul da cidade.

Usuários do transporte público relataram a situação caótica nas linhas afetadas, com longas filas se formando em pontos de embarque. Em vídeos compartilhados nas redes sociais, passageiros demonstram sua frustração e indignação diante da espera prolongada e da falta de alternativas viáveis para se deslocar.

Em nota, a Caribus reconheceu a situação e informou que está em negociação com o Banco Volvo para regularizar a dívida e minimizar os efeitos da apreensão para seus colaboradores e passageiros. A empresa enfatizou seu compromisso em restabelecer a normalidade no serviço o mais rápido possível.

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob) já tomou medidas para mitigar os transtornos. A pasta notificou a Caribus, exigindo a disponibilização de ônibus reservas para atender à demanda. Além disso, a prefeitura está em contato com outras três concessionárias de transporte público com o objetivo de suprir a falta de veículos nos bairros mais afetados, como Pedra 90, Osmar Cabral, Pascoal Ramos e Jardim Industrial.

A situação continua em negociação, e a prefeitura acompanha de perto os desdobramentos para garantir que os usuários do transporte coletivo não enfrentem maiores dificuldades. A expectativa é que, em breve, soluções sejam apresentadas para restaurar a normalidade do serviço e atender a população de Cuiabá de forma adequada.

A apreensão dos ônibus da Caribus levanta um alerta sobre a saúde financeira das empresas de transporte público na capital e a necessidade de um acompanhamento mais rigoroso por parte das autoridades competentes para evitar que situações como essa se repitam no futuro.